



CAPA



Aras paga
a nomeação à PGR
com juro

O engavetador engavetado?

A PROTEÇÃO DE AUGUSTO ARAS AO
PADRINHO BOLSONARO PROVOCA UMA
SUBLEVAÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO

por ANDRÉ BARROCAL





Os julgamentos no Supremo Tribunal Federal voltaram após um tempo suspensos e quem perdeu foi Jair Bolsonaro. Várias liminares de alguns juízes haviam mostrado que a corte está com a ciência, não com o presidente, mas agora o recado foi coletivo. Ao aceitar uma ação do PDT contra a tentativa do ex-capitão de centralizar em Brasília decisões sobre fechar estradas, portos e aeroportos na pandemia, o tribunal foi claro. Governadores e prefeitos podem, sim, restringir a circulação dos brasileiros e definir que atividade comercial abre ou não enquanto o vírus estiver à solta. O presidente, comentou Gilmar Mendes na primeira sessão virtual da história do Supremo, tem o direito legal de mandar o ministro da Saúde embora, mas não o de aplicar uma “política pública de caráter genocida”.

Caso dependesse do único cidadão autorizado a acusar Bolsonaro na Justiça, ele poderia adotar uma política pública genocida numa boa. Augusto Aras tem sabido ser grato ao presidente pela indicação, em 2019, ao cargo de procurador-geral da República, uma nomeação que fugiu aos padrões adotados a partir de 2003. Protege o ex-capitão do jeito que pode, num contraste curioso com o ministro da Justiça, Sérgio Moro, incapaz de defender a posição do chefe perante o Judiciário e a nação, para presumível irritação de Bolsonaro. A muralha que Aras ergueu chegou a tal ponto que provocou, na descrição de um subprocurador-geral, um clima de “sublevação” no Ministério Público Federal, corporação marcada por divisões políticas desde a Operação Lava Jato.

Uma proteção inegável foi a recusa da Procuradoria em denunciar o ex-capitão no Supremo por alegados crimes comuns (descritos no Código Penal) decorrentes de atos e palavras presidenciais na pandemia. O tribunal havia recebido duas

A ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES ENXERGA UMA AMEAÇA DE VIOLAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL

queixas no fim de março, uma do deputado petista Reginaldo Lopes, de Minas Gerais, outra dos partidos de oposição, e as encaminhara a Aras, para ele tomar providências. O procurador-geral terceirizou o serviço ao vice, Humberto Jacques de Medeiros, e este informou o STF que não havia motivo para processar Bolsonaro. Para contornar a má vontade de Aras, o PT entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal em Brasília. Quer obrigar Bolsonaro a usar máscaras e luvas e manter distância mínima dos outros, caso continue a passear nas ruas. E impedi-lo de utilizar cadeia de rádio e tevê para disseminar informações contrárias aos protocolos sanitários de combate ao coronavírus.



Mordaça?, pergunta Fábio da Nóbrega

Alguns subprocuradores-gerais, cargo no topo do MPF, também tentaram forçar Aras a ir à Justiça para proibir o presidente de sabotar as quarentenas e de pregar a volta à normalidade. O “xerife” apontou motivações políticas e midiáticas por parte dos 18 colegas que assinavam o documento, bancou o “engavetador-geral” e deu o assunto por encerrado.

Na segunda-feira 13, antevéspera de Bolsonaro ser derrotado no Supremo, Aras portou-se como governista ao opinar perante o tribunal sobre a campanha publicitária preparada há algumas semanas pelo Palácio do Planalto em defesa da volta do País à normalidade, ou seja, contra as quarentenas estaduais e municipais. A campanha tinha sido contestada na corte pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos e o partido Rede. As ações ficaram com o juiz Luís Roberto Barroso e este deu uma liminar para barrar a campanha. Segundo Aras, o Planalto não podia ser censurado pelo Judiciário e tinha o direito de propor medidas contra as quarentenas. Enquanto mandava essa posição ao Supremo, aparecia no microfone de um jornalista admirado por Bolsonaro, José Luiz Datena, da Band, e adotava um tom parecido ao do ex-capitão. Quarentenas generalizadas Brasil afora têm efeitos negativos na economia, é preciso revê-las, e o governo federal poderia fazê-lo.

Dois dias depois, mandou outro parecer ao Supremo, desta vez em uma ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil para enquadrar Bolsonaro às recomendações da Organização Mundial da Saúde. E surpreendeu. O presidente, escreveu, não pode acabar com as quarentenas regionais. Tinha sido mais ou menos isso que o juiz da ação, Alexandre de Moraes, anotara numa liminar de 8 de abril. O que explicaria o aparente giro de Aras? Pode ser só coincidência, mas entre o parecer do dia 13 e o do dia 15, a sublevação de procuradores tornou-se aberta. Na terça-feira 14, a Associação Nacional dos Procuradores da República

rebelou-se publicamente contra um ofício de 8 de abril de Aras ao ministro da Saúde, que naquele momento ainda era Luiz Henrique Mandetta. O procurador-geral queria ser informado de todas as recomendações “a respeito do enfrentamento da pandemia do coronavírus” que integrantes do MPF dirigissem ao órgão. Objetivo? Que seu gabinete na Procuradoria “proceda ao exame da matéria”. Possibilidade à vista de ele revogar as “recomendações” e, assim, impedir procuradores de agir para que servidores públicos da área da Saúde resistam à pressão de Bolsonaro contra as quarentenas. Essas “recomendações” funcionam na prática como ameaça velada de processo por improbidade contra os funcionários públicos.

Antes do ofício de Aras, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão do MPF, havia emitido uma nota técnica ilustrativa do poder de pressão, na forma de ameaça velada de ações judiciais que procuradores têm sobre agentes públicos na pandemia. A nota é de Deborah Duprat, vice-procuradora-geral de 2009 a 2013 e hoje perseguida por Aras

APÓS PRESSÃO DA CATEGORIA, ARAS RECUOU NO ÍMPETO DE PROTEGER O EX-CAPITÃO

por defender os direitos humanos. Para Deborah, gestores municipais e estaduais “não estão autorizados a adotar quaisquer medidas que, de algum modo, causem impacto no isolamento social recomendado pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde”.

Aras não enviou o ofício só a Mandetta. Todos os ministros de Bolsonaro o receberam. Agiu depois de saber que centenas de recomendações tinham sido enviadas por procuradores aos secretários-executivos, que são os vice-ministros, e que o teor delas exigia respostas dos próprios ministros. E contra estes, só quem tem o poder legal de atuar administrativa e judicialmente é o procurador-geral. O presidente da Associação dos Procuradores, Fábio George Cruz da Nóbrega, acha que Aras quer amordaçá-los na pandemia.

Em um comunicado público, a associação apontou a violação da “independência funcional” da categoria. E estudava ir ao Supremo com um mandado de segurança.

Para um ex-subprocurador-geral, os ofícios de Aras mostram “o desejo de blindar o governo”. Mas, segundo ele, há um outro lado na questão. “O abuso” de procuradores nas recomendações feitas a servidores, mas que têm o objetivo real de pressionar os ministros. E estes, recorde-se, estão ao alcance legal apenas do chefe da Procuradoria. É uma prática antiga, prossegue o ex-subprocurador, mas antecessores de Aras nunca quiseram “enfrentar a classe”.

É uma classe em pé de guerra desde a Lava Jato, com grupos a se digladiar. Um destes se autointitula MP Pró Sociedade e é composto por procuradores declaradamente conservadores e bolsonaristas. A organização saiu em defesa de Aras contra a associação. Esta nunca teria feito nada contra Deborah Duprat, que “com suas notas técnicas e recomendações efetivamente tem afetado a independência funcional de outros membros do Ministério Público”. Mais: “Apoiamos a coragem do PGR, Dr. Aras, o qual deixou claro o posicionamento do MP brasileiro a favor de nossa soberania e contra organizações globalistas internacionais como a OMS”.

Pode ser só coincidência também, mas, depois da reação da Associação dos Procuradores, Aras pediu ao Supremo um inquérito contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub, por suspeita de racismo, em uma história que tem tudo a ver com a visão da extrema-direita mundial sobre coronavírus e globalismo. No início de abril, Weintraub usou o Cebolinha, personagem da Turma da Mônica que troca o R pelo L, para referir-se aos chineses. O ministro é daqueles que acreditam que a pandemia é uma armação da China por razões econômicas. A ver se Aras levará a investigação a sério ou se inventou um faz de conta para acalmar o levante dos procuradores. •



O Supremo impôs uma sonora derrota, mais uma, a Bolsonaro

CARLOS ALVES MOURA/STF